

Trabalho apresentado no 24º CBCENF

Título: PREVENÇÃO QUATERNÁRIA COMO CONDUTA PARA MINIMIZAR VIOLÊNCIAS OBSTÉTRICAS: REVISÃO INTEGRATIVA

Relatoria: Stefany da Silva Doroteu
Nathália Silvério Cavalcante

Autores: Luisa Eduarda Sales Araújo
Tainah Lopes de Oliveira
Rosângela Souza Cavalcante

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Inovação das práticas de cuidado

Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRODUÇÃO: A prevenção quaternária é o conjunto de atividades empregadas para identificar pessoas que estejam sob risco de hiper medicalização e reduzir as intervenções desnecessárias ou excessivas a fim de minimizar as iatrogenias. **OBJETIVOS:** Evidenciar práticas de prevenção quaternária utilizadas na atenção primária à saúde para prevenir a violência obstétrica. **METODOLOGIA:** O presente artigo trata-se de uma revisão integrativa, sendo utilizado a seguinte base de dados: Scientific Electronic Library Online (Scielo). A revisão orientou-se a partir da seguinte pergunta norteadora: “Quais as ações de prevenção quaternária podem ser desenvolvidas para o combate à violência obstétrica?”, utilizando os descritores “atenção básica”, “prevenção quaternária” e “violência obstétrica” em língua portuguesa dos últimos 5 anos. Foram encontrados 21 artigos, sendo utilizados 3 artigos e excluídos 18 por fugirem do tema proposto. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Nas instituições de saúde, a violência obstétrica ocorre por meio de abusos verbais e humilhações, agressões físicas, ausência de comunicação e consentimento da parturiente antes da realização de procedimentos, administração de ocitocina sintética, falta de privacidade, recusa em administrar analgésicos para diminuição da dor, negligência durante o parto que pode levar a complicações evitáveis, além da negativa de acompanhante durante o parto. A prevenção quaternária associada à violência obstétrica, destaca três tipos de ações: ações individuais, familiares e comunitárias realizadas na Atenção Primária à Saúde (APS), associadas ao pré-natal; e ações em maior escala (social, política e institucional). Grande parte das parturientes desconhecem seus direitos e as formas de violência obstétrica, o que as deixam vulneráveis a procedimentos desnecessários. Frente a esses fatos, é sugerido, na Atenção Primária à Saúde, a elaboração do Plano de Parto (PP), juntamente com acompanhamento multidisciplinar e ações coletivas e educativas para gestantes, tais como rodas de conversa e debates sobre o parto, procedimentos, direitos, violência obstétrica e sobre as incertezas que podem ocorrer durante o parto. **CONCLUSÃO:** Deste modo, destaca-se a importância de se realizar práticas humanizadas desde o acompanhamento pré-natal até o puerpério, além de ter-se necessidade de melhorar políticas públicas direcionadas a gestantes para auxiliar os profissionais na prevenção de casos de violência obstétrica.